

**IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL:
ABORDAGEM BILÍNGUE E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE EM FOCO
IMPLEMENTATION OF INCLUSIVE PRACTICES IN THE ASSESSMENT OF LEARNING
FOR DEAF STUDENTS IN ELEMENTARY EDUCATION: BILINGUAL APPROACH AND
FOCUS ON ACCESSIBILITY RESOURCES**

INSS: 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-2

Maria das Dores Pereira de Sousa¹

Francisco José Lopes Cajado²

RESUMO

Este estudo investigou a implementação de práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental, com enfoque na abordagem bilíngue e no uso de recursos de acessibilidade. O objetivo foi compreender as ações das escolas nesse contexto, identificando desafios, boas práticas e oportunidades de aprimoramento. O problema central foi compreender como as escolas lidam com a inclusão de estudantes surdos na avaliação, considerando a abordagem bilíngue e os recursos previstos pelo Decreto 5626/2005. A metodologia adotada consistiu em uma abordagem qualitativa, envolvendo a coleta de dados por meio de questionários aplicados aos coordenadores pedagógicos de escolas municipais. A análise dos resultados revelou uma heterogeneidade nas práticas adotadas pelas escolas, com algumas demonstrando esforços colaborativos para adaptações curriculares e uso de recursos multimídia, enquanto outras enfrentam desafios na implementação dessas práticas. A presença da abordagem bilíngue nas escolas variou, indicando diferentes níveis de implementação da educação em Libras junto à língua escrita. A colaboração entre os profissionais, incluindo intérpretes, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e coordenadores pedagógicos, foi destacada como fundamental para a adaptação curricular e a aplicação de recursos de acessibilidade. A formação adequada dos profissionais e a implementação de estratégias diferenciadas também foram ressaltadas como cruciais. As conclusões apontam para a importância de promover uma educação verdadeiramente inclusiva, na qual sejam consideradas as necessidades individuais dos estudantes surdos, proporcionando-lhes igualdade de oportunidades e acessibilidade. A implementação efetiva da abordagem bilíngue e o uso de recursos de acessibilidade requerem esforços colaborativos contínuos e formação adequada dos profissionais. O estudo contribui para a compreensão das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos, oferecendo subsídios para aprimorar as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, visando uma educação mais equitativa e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Estudantes surdos. Abordagem bilíngue. Acessibilidade

ABSTRACT

This study investigated the implementation of inclusive practices in the assessment of learning for deaf students in Elementary Education, with a focus on the bilingual approach and the use of accessibility resources. The objective was to comprehend the actions of schools in this context, identifying challenges, best practices, and opportunities for improvement. The central problem was to understand how schools address the inclusion of deaf students in assessments, considering the bilingual approach and the resources provided by Decree 5626/2005. The adopted methodology involved a qualitative approach, encompassing data collection through questionnaires applied to pedagogical coordinators in municipal schools. Analysis of the results revealed heterogeneity in the practices adopted by schools, with some demonstrating collaborative efforts for curricular adaptations and the use of multimedia resources, while others faced challenges in implementing these practices. The presence of the bilingual approach in schools varied, indicating different levels of implementation of education in Brazilian Sign Language alongside written language. Collaboration among professionals, including interpreters, Specialized Educational Assistance (SEA) teachers, and pedagogical coordinators, was highlighted as essential for curricular adaptation and the application of accessibility resources. Adequate professional training and the implementation of differentiated strategies were also emphasized as crucial. The conclusions highlight the importance of promoting a truly inclusive education, where the individual needs of deaf students are considered, providing them with equal opportunities and accessibility. The effective implementation of the bilingual approach and the use of accessibility resources require continuous collaborative efforts and proper professional training. This study contributes to the understanding of inclusive practices in the assessment of learning for deaf students, offering insights to enhance educational policies and pedagogical practices, aiming for a more equitable and effective education.

KEYWORDS: Inclusion. Deaf students. Bilingual approach. Accessibility.

¹ Licenciada em Pedagogia (UESPI); Especialista em Educação Infantil (UECE); Especialista em Neuropsicopedagogia (SEVEN/FAEME); Especialista em Atendimento Educacional Especializado (IESM) e Mestranda em Educação pela ACU - Absolute Christian University.

CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/2877952311747748

² Licenciado em Biologia (UECE); Bacharel em Ciências Biológicas (UECE); Especialista em Análises Clínicas (FUMG); Mestre em Engenharia de Pesca (UFC) e Doutor em Biotecnologia (UFC). Professor Colaborador da ACU - Absolute Christian University e Faculdade Metropolitana de Horizonte (FMH). **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7366500861439534

INTRODUÇÃO

No cenário educacional contemporâneo, a busca pela educação inclusiva emergiu como um imperativo moral e social, com o intuito de proporcionar oportunidades equitativas de aprendizado para todos os alunos, independentemente de suas características individuais (FERNANDES, 2023).

Nesse contexto, este trabalho indaga: Como as práticas inclusivas podem ser efetivamente aplicadas no processo de avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental, a partir da perspectiva da educação inclusiva?

Deste modo, é importante avaliar de maneira justa e eficaz os estudantes surdos no Ensino Fundamental dentro de um contexto inclusivo é um desafio complexo. A inclusão desses estudantes no sistema educacional exige abordagens que considerem suas necessidades específicas, garantindo que suas habilidades sejam adequadamente reconhecidas e suas dificuldades atendidas. Assim, a educação inclusiva não é apenas um princípio aspiracional; é uma abordagem que visa construir sociedades mais justas e igualitárias. Este estudo se justifica pela necessidade de compreender as práticas inclusivas relacionadas à avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental.

Desta forma, o trabalho objetivou investigar a implementação das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental, considerando a abordagem bilíngue e os recursos de acessibilidade previstos pelo Decreto 5626/2005, visando compreender as ações realizadas pelas escolas e identificar desafios e boas práticas nesse contexto. Objetivou ainda, analisar como as escolas de Teresina, Piauí, promovem a abordagem bilíngue na Proposta Pedagógica (PP), considerando a adaptação curricular para a avaliação da aprendizagem de estudantes surdos, em conformidade com o Decreto

5626/2005; investigar a disponibilidade e o uso de recursos de acessibilidade na avaliação da aprendizagem, identificando a presença de mecanismos alternativos e estratégias adaptativas aplicadas nas provas e avaliações; Avaliar a colaboração de coordenadores no planejamento e na execução das adaptações curriculares.

METODOLOGIA

Este estudo investigou a avaliação educacional no contexto das relações entre professores e estudantes surdos em escolas de Teresina, Piauí. Foram utilizados procedimentos metodológicos sistemáticos, conforme orientações de Gil (2017) e teve como base, uma abordagem bibliográfica e de campo. Buscou-se respostas para questões relacionadas às práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem escolar de estudantes surdos no Ensino Fundamental. A pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, adotando uma abordagem qualitativa para compreender a complexidade das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos. O universo de interesse da investigação englobou escolas municipais que oferecem Atendimento Educacional Especializado (AEE) e apresentam matrícula de estudantes surdos no Ensino Fundamental, durante o ano letivo de 2019. A partir desses critérios, foram identificadas 30 escolas, selecionadas de um total de 313 escolas municipais. Para coleta de dados, foram elencados os coordenadores pedagógicos de escolas de Teresina, Piauí.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os coordenadores foram questionados sobre os pontos destacados na Proposta Pedagógica (PP) que permitem fazer adequações nos instrumentais de avaliação, bem como os fundamentos legais que orientam essas práticas. Suas respostas, revelaram que: CP1: A PP e o regimento escolar registram a possibilidade

de adaptações na avaliação, permitindo aos alunos surdos mais tempo para realizar provas e a presença de intérpretes. Os intérpretes reforçam a necessidade de garantir tais ajustes. CP2: Embora a PP esteja fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e em resoluções locais, não aborda aspectos cruciais, como as funções do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as adaptações necessárias para estudantes surdos. A equipe pedagógica pretende atualizar a proposta, levando em consideração decretos específicos. CP3: A PP disponibiliza o AEE e intérpretes. Há planos de atualizar a proposta e explorar o conteúdo de um decreto de 2005 para orientação. CP4: A escola reconhece a existência de leis que recomendam adaptações no processo de ensino e avaliação. É compreendido que a avaliação de estudantes surdos requer modificações e a PP está sendo atualizada em conformidade com as leis.

Os resultados concordam com Alves (2023), indicando uma conscientização da necessidade de adaptações no processo de avaliação para estudantes surdos nas escolas inclusivas. No entanto, as respostas também revelam desafios, como a falta de clareza na PP sobre as práticas inclusivas, especialmente para os estudantes com surdez.

A busca pela atualização da PP demonstra um compromisso em alinhar as práticas escolares às recomendações legais, incluindo decretos específicos (GALTER, 2023). Essa abordagem reflete a importância de uma educação inclusiva que respeite os direitos dos estudantes com surdez.

Foi investigado ainda as percepções dos coordenadores sobre as diferenças entre escolas bilíngues para surdos e escolas inclusivas. CP1: destacou que a escola inclusiva prioriza o planejamento adaptado, incorporando planos inclusivos, formação continuada e acessibilidade para várias deficiências. Além disso, mencionou que uma escola bilíngue exige mais ênfase na prática da segunda língua (Libras) com ouvintes e envolvimento de todos os professores para interagir com os estudantes surdos. A escola bilíngue é caracterizada

pelo uso natural da Libras em sala de aula, atividades recreativas e projetos, visando dominar essa língua. CP2: apontou a amplitude da inclusão na escola inclusiva, abrangendo aspectos sociais e pedagógicos. Ele destacou a necessidade de auxiliares e intérpretes para garantir a inclusão plena. No entanto, observou que, na realidade, essa inclusão ainda não está sendo concretizada na escola devido à falta de acesso à Sala de AEE e à ausência de intérprete para o estudante surdo na sala de aula regular. CP3: enfatizou as melhorias necessárias para tornar a escola inclusiva mais abrangente, incluindo a colaboração da equipe. Na escola inclusiva, recursos como sala de recursos multifuncionais, intérpretes e uso da Libras são mencionados como forma de facilitar a inclusão, inclusive nas avaliações. A escola bilíngue, descrita como uma evolução da escola inclusiva, envolve um engajamento maior dos professores, estudantes e demais envolvidos, enfatizando uma linguagem compartilhada. CP4: enfatizou a relevância da escola inclusiva como uma abordagem mais acolhedora e favorável à inclusão. Enquanto reconheceu o foco eficaz da escola bilíngue no ensino da Libras, ressaltou que essa abordagem pode não ser ideal para inclusão. A escola inclusiva foi considerada superior, onde os professores empregam atividades com o apoio do AEE, gestos e leitura oral para comunicação.

Os resultados deste estudo são semelhantes aos apresentados por Mariconi (2020), que ilustram uma gama de perspectivas sobre as diferenças entre escolas bilíngues para surdos e escolas inclusivas. A compreensão da escola inclusiva se destaca pela ênfase em práticas adaptativas, formação e acessibilidade. A escola bilíngue, por outro lado, é caracterizada por uma imersão natural na Libras e na cultura surda.

Foram coletadas informações sobre o conhecimento dos coordenadores em relação às leis que tratam da educação bilíngue para surdos e as adequações legais na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos. Suas respostas revelaram diversas percepções e práticas. CP1: destacou que a escola segue

as leis orientadoras da organização de uma escola inclusiva. Os professores são incentivados a fazer cursos de Libras, e a escola conta com intérpretes. Nas avaliações, eles buscam fazer adaptações desde o planejamento do professor. Intérpretes alertam sobre a necessidade de reescrita caso um estudante compreenda, mas tenha dificuldades na escrita. Essa prática está consolidada na escola, e os professores estão engajados na promoção da aprendizagem colaborativa. CP2: que atualmente não estão sendo realizadas adaptações para estudantes surdos. Ele acredita que o estudante consegue ler nos lábios e faz as provas como os demais. Ele menciona a importância de estudar o Decreto e considerar a Resolução CNE nº. 4, de 2009 (BRASIL, 2009). CP3: destacou que a escola atende as determinações legais oferecendo professores do AEE e intérpretes para os alunos surdos. Intérpretes e professores auxiliam os alunos na comunicação, inclusive com placas contendo palavras e sinais. O coordenador realizou estudos relacionados ao Decreto. CP4: informou que a escola orienta os professores a fazerem adaptações para os alunos com deficiência. Ele ressaltou a importância de os professores conhecerem a Libras para facilitar a avaliação, incluindo a explicação, interpretação e reescrita do texto com erros característicos da Libras.

Os resultados revelam uma variedade de abordagens nas escolas em relação às adaptações legais na avaliação de estudantes surdos e corroboram pelos escritos de Mendes (2023). Enquanto alguns coordenadores demonstraram conhecimento e comprometimento com práticas inclusivas e bilíngues, outros apresentaram falta de ação nesse sentido.

A prática da escola inclusiva demonstrada por CP1 reflete um comprometimento sólido com a inclusão e a adaptação das avaliações para estudantes surdos. O engajamento dos professores, o apoio dos intérpretes e a promoção da aprendizagem colaborativa ilustram uma abordagem eficaz. A resposta de CP2 destaca a necessidade de conscientização e aprofundamento na

compreensão das leis e regulamentos pertinentes à educação bilíngue para surdos. O estudo do Decreto e a consideração da Resolução CNE nº. 4, de 2009, podem fornecer direcionamento para a prática. CP3 evidencia a aplicação das diretrizes legais, oferecendo professores do AEE e intérpretes, bem como implementando estratégias para auxiliar os alunos surdos na comunicação. A realização de estudos relacionados ao Decreto reflete o compromisso com a melhoria contínua. A visão de CP4 destaca a importância do conhecimento da Libras pelos professores para facilitar a avaliação. A orientação dos professores para fazerem adaptações, juntamente com a compreensão das particularidades da Libras, indica um esforço em promover avaliações eficazes e inclusivas.

Deste modo, os resultados apontam neste trabalho, se assemelham com os de Costa (2021), para diferentes níveis de conhecimento e aplicação das leis e regulamentos que tratam da educação bilíngue para surdos. A compreensão, compromisso e ação prática variam entre os coordenadores, influenciando diretamente a eficácia das adaptações na avaliação dos estudantes surdos.

As questões aplicadas aos coordenadores abordaram as práticas de avaliação inclusiva, com foco na implementação da abordagem bilíngue na PP da escola. Eles foram questionados sobre como a escola adotou o modelo de educação bilíngue, o que consideram relevante no PPP em relação ao acompanhamento da aprendizagem e como as práticas avaliativas são observadas na escola. Sobre a dinâmica da escola, para CP1: a escola busca assegurar o acesso ao conhecimento e à comunicação por meio da Libras, mas reconhece que ainda há muito a ser feito. A escola promove cursos de formação com especialistas em Libras e busca feedback para melhorar. O acompanhamento sistemático e a revisão das produções escritas são práticas comuns. Momentos nos encontros pedagógicos são destinados aos estudantes surdos, onde exemplos de aulas adaptadas são apresentados para demonstrar a

viabilidade da abordagem. CP2: expressou que a escola não garante claramente na PP nem na prática a implementação da abordagem bilíngue. Como o estudante surdo sabe ler, recursos específicos não são oferecidos, e nenhuma adaptação nas provas é feita. O coordenador menciona que o AEE não está atendendo e que ainda aguardam um intérprete para auxiliá-lo. CP3: reconheceu a ausência de adaptações até o momento. O estudante surdo acompanha as aulas com auxílio da professora do AEE e da intérprete. A escola está buscando melhorias no acesso ao conhecimento, uso de tecnologias e na forma de avaliação e acompanhamento do estudante. A professora do AEE e a intérprete desempenham papéis incentivadores. CP4: mencionou planos de atualizar a PP. Na prática, a escola garante um profissional que acompanha a aluna surda na sala de aula. O foco inicial é no aprendizado dos sinais da Libras. O coordenador ressalta a importância de um olhar individualizado para o estudante e elogia a professora da Sala de Recursos Multifuncionais e a acompanhante de Libras.

Deste modo, os resultados apresentados se mostraram semelhantes aos de Correia (2020), que indicam uma variedade de abordagens em relação à implementação da abordagem bilíngue na PP e à prática avaliativa inclusiva. CP1 demonstra um comprometimento da escola em garantir o acesso à Libras e melhorar continuamente suas práticas. O incentivo à formação, a revisão das produções escritas e a demonstração prática de adaptações exemplificam uma abordagem positiva. CP2 destaca uma lacuna entre a abordagem bilíngue proposta e a prática efetiva na escola. A falta de recursos específicos e a ausência de adaptações nas provas levantam preocupações sobre a eficácia da inclusão. CP3 reconhece a busca por melhorias no acesso ao conhecimento e na avaliação, mas ainda não implementou adaptações específicas. A presença da professora do AEE e da intérprete é fundamental para apoiar o estudante surdo. CP4 ressalta a necessidade de atualizar a PP e enfatiza o olhar

individualizado para o estudante surdo. O trabalho da professora da Sala de Recursos Multifuncionais e da acompanhante de Libras é destacado como contribuinte para a abordagem bilíngue. Portanto, os resultados refletem a diversidade de abordagens na implementação da educação bilíngue e das práticas avaliativas inclusivas. O comprometimento, a formação e a conscientização parecem ser fatores chave para o sucesso na promoção da abordagem bilíngue e na prática avaliativa inclusiva (MARTINS, 2005).

Os coordenadores foram questionados sobre mecanismos alternativos e recursos de acessibilidade na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos. Foram solicitados a fazer um comparativo entre o que deve ser feito e o que é possível fazer para promover adequações curriculares nos procedimentos e recursos de avaliação, além de indicar o que está sendo realizado na escola, conforme o Decreto 5626/2005, em seu Art. 14, incisos VI, VII e VIII (BRASIL, 2005). CP1: descreve um processo colaborativo de avaliação, onde a prova é revisada em uma reunião com a presença do professor, intérprete, professora do AEE e coordenadora. Juntos, eles decidem a melhor forma de avaliar o estudante, com reescrita da prova se necessário. A escola utiliza recursos multimídia, desenhos, sala de vídeo e data show para proporcionar uma avaliação mais inclusiva. O coordenador reconhece a necessidade de formação específica para orientar os professores de forma adequada. CP2: informou que o estudante surdo faz provas iguais às dos demais alunos, sem adequações. A escola ainda não adotou mecanismos alternativos para a avaliação em Libras, e recursos adaptados não foram disponibilizados. CP3: relatou que as provas para o estudante surdo são as mesmas das demais turmas. Ainda não foi possível realizar as adequações necessárias para a avaliação dele. CP4: destacou que as adequações são feitas tanto no Atendimento Educacional Especializado (AEE) como nas salas de aula. Eles sugerem a troca de ideias sobre recursos e metodologias, incluindo o uso de recursos

adaptados, imagens, alfabeto em datilografia e dicionário bilíngue Libras/Português, além de jogos no computador.

Desta maneira, os resultados apontam para diferentes abordagens em relação aos mecanismos alternativos e recursos de acessibilidade na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a investigar a implementação das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental, sob a perspectiva da abordagem bilíngue e dos recursos de acessibilidade previstos pelo Decreto 5626/2005. As análises e discussões realizadas contribuíram para uma compreensão mais aprofundada das ações das escolas nesse contexto, revelando desafios, boas práticas e oportunidades de aprimoramento.

Ficou evidente que as escolas enfrentam um cenário diversificado em relação à implementação das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos. As respostas dos coordenadores pedagógicos revelaram diferentes abordagens, desde um esforço colaborativo para adaptações até lacunas na implementação de mecanismos alternativos e recursos de acessibilidade. A abordagem bilíngue, que visa promover o uso da Libras em conjunto com a língua escrita, mostrou-se presente em algumas instituições, enquanto outras ainda buscam formas de aprimorar sua implementação.

As práticas de avaliação inclusiva foram observadas em algumas escolas, onde a colaboração entre profissionais como intérpretes, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e coordenadores pedagógicos desempenha um papel crucial na adaptação curricular e na aplicação de recursos de acessibilidade. No entanto, também ficou claro que desafios persistem, como a falta de formação específica

para orientar os professores e a ausência de mecanismos alternativos para avaliações em Libras.

A análise das respostas dos coordenadores pedagógicos em relação aos mecanismos alternativos e recursos de acessibilidade indicou a importância da colaboração entre os profissionais e a necessidade de estratégias diferenciadas para atender às necessidades dos estudantes surdos. Ainda que algumas escolas tenham demonstrado esforços para adaptações curriculares e uso de recursos multimídia, outras carecem de adequações específicas para as avaliações dos estudantes surdos.

Diante desses resultados, torna-se claro que a implementação das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos requer um comprometimento contínuo das escolas em promover a abordagem bilíngue e a utilização eficaz de recursos de acessibilidade. A colaboração interdisciplinar e a formação adequada dos profissionais são fundamentais para garantir a equidade educacional e a inclusão efetiva dos estudantes surdos no processo educativo.

REFERÊNCIAS

ALVES, T.C.L.S. Avaliação e Gestão da Educação de Surdos na Educação Básica e no Ensino Superior. **Colóquios-Geplage-PPGED-CNPq**, n. 4, p. lxxvii-lxxxvi, 2023.

BRASIL. **Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União.

CORRÊA, Adriana Moreira de Souza. **Avaliação do aluno surdo na escola regular: pressupostos e práticas de professores de uma escola da rede pública de Cajazeiras/PB**. 2020. Dissertação de Mestrado. UERN.

COSTA, J.D. Práticas informacionais de sujeitos surdos na biblioteca universitária Joaquim Cardozo da UFPE. 2021.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

FERNANDES, L.M.M. **Um estudo comparativo entre as legislações portuguesa e brasileira no âmbito das políticas educacionais de inclusão dos alunos com necessidades especiais.** Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GALTER, Ester Cardoso de Moraes. A formação continuada de professores da rede municipal de ensino de Curitiba para a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista. 2023. 167 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2023.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Formação de leitores surdos e a educação inclusiva. 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** EdUFSCar, 2023.

MORICONI, L.V. Interações das crianças surdas no contexto escolar: Panorama de diferentes perspectivas na educação. 2020. **Dissertação de Mestrado** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas–UNICAMP. Campinas.